

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Capítulo 1	
EVOLUÇÃO HISTÓRICA E LEGISLATIVA DOS DIREITOS DA MULHER	11
1.1. Retrospecto histórico e legislativo no Brasil	12
1.1.1. Brasil Colônia	12
1.1.2. Brasil Império	14
1.1.3. Brasil Republicano	17
1.1.4. Constituição Federal de 1988 e legislação subsequente	22
1.1.5. “Pacote Antifeminicídio” - Lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024 (novo).....	26
1.1.6. Prioridade para atendimento médico de vítimas - Leis nº 14.887/2024 e 14.847/2024	34
1.2. Convenções Internacionais	36
1.2.1. Sistema Global: Convenção CEDAW.....	40
1.2.2. Sistema Regional Interamericano: Convenção de Belém do Pará.....	43
1.2.2.1. Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos pelos direitos das mulheres.....	45
1.3. Direito estrangeiro.....	50
1.3.1. América.....	50
1.3.1.1. Argentina.....	51
1.3.1.2. Chile	52
1.3.1.3. Estados Unidos	54
1.3.2. África	55
1.3.2.1. Angola	58
1.3.3. Ásia	59
1.3.3.1. Arábia Saudita	60
1.3.3.2. Afeganistão	62
1.3.4. Europa.....	63
1.3.4.1. Espanha.....	64

Capítulo 2

DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA LEI MARIA DA PENHA.....	71
2.1. A Lei Maria da Penha como discriminação positiva	71
2.2. Conceito e aspectos gerais	78
2.2.1. Da violência de gênero	80
2.3. Formas de violência	89
2.3.1. Violência física	91
2.3.2. Violência psicológica	92
2.3.2.1. Como se estabelece a violência psicológica	95
2.3.3. Violência sexual	99
2.3.4. Violência patrimonial	103
2.3.4.1. Imunidades dos arts. 181 e 182 CP	105
2.3.5. Violência moral	108
2.3.6. Violência política	110
2.3.7. <i>LAWFARE</i> (violência processual)	121
2.3.8. Quadro esquemático	128
2.4. Tipos penais mais comuns e orientação jurisprudencial	133
2.4.1. Ameaça (art. 147, CP) – atualizado (Pacote Antifeminicídio).....	133
2.4.2. Vias de fato (art. 21, LCP) – atualizado (Pacote Antifeminicídio).....	143
2.4.3. Constrangimento ilegal (art. 146, CP).....	149
2.4.4. Cárccere privado e sequestro.....	154
2.4.5. Descumprimento de medidas protetivas (24-A, LMP) – atualizado (Pa- cote Antifeminicídio).....	160
2.4.6. Lesão corporal (art. 129, par. 13, Código Penal) – atualizado (Pacote An- tifeminicídio).....	170
2.4.6.1. Lesão corporal por dano à saúde	191
2.4.7. Tortura (Lei 9.455/97).....	195
2.4.8. Estupro (art. 213, CP)	202
2.4.9. Estupro de vulnerável (art. 217-A, caput e § 1º, do Código Penal).....	212
2.4.9.1. A prova do estupro de vulnerável.....	227
2.4.9.2. A perícia NEGATIVA nos crimes de estupro	233
2.5. Feminicídio.....	236
2.5.1. Pacote Antifeminicídio – Lei 14.994/2024.....	252
2.5.2. Feminicídio e a tese de defesa da honra	262
2.6. Violação à intimidade da vítima	271
2.7. <i>Stalking</i> (perseguição)	277
2.8. Crime de Violência Psicológica contra a mulher – novo tipo – art. 147-B, CP	291
2.8.1. Dano emocional	294
2.9. Estelionato sentimental (art. 171, “caput”, CP).....	301
2.10. Efetividade do modelo legal de violência	309

Capítulo 3	
“VÍTIMA MULHER” NAS RELAÇÕES AFETIVAS, DOMÉSTICAS E FAMILIARES	311
3.1. Mulheres trans e travestis	311
3.2. Mulheres negras	320
3.3. Mulheres indígenas	327
3.4. Crianças e adolescentes – vítimas diretas e indiretas	331
3.4.1. Lei Henry Borel	333
3.5. Mulheres idosas	347
3.6. Mulheres com deficiência.....	350
3.7. Âmbitos da Lei: art. 40-A (Lei nº 14.550/2023)	351
3.8. Âmbitos da lei: violência no âmbito doméstico	357
3.9. Âmbito da lei: violência no âmbito familiar	359
3.10. Âmbito da lei – violência na relação afetiva (art. 5º, III, Lei Maria da Penha).....	364
3.10.1. Relação homoafetiva entre mulheres	368
Capítulo 4	
VULNERABILIDADE DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	371
4.1. Necessidade de uma proteção específica	371
4.2. O “silêncio” da vítima e o ciclo da violência.....	373
4.2.1. Fatores que contribuem para o silêncio da vítima.....	376
4.3. Conciliação versus responsabilização do agressor	383
4.4. Proteção integrada – Lei Maria da Penha, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Henry Borel, Estatuto da pessoa idosa e Código de Processo Penal	388
Capítulo 5	
MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA	393
5.1. Natureza jurídica das medidas protetivas	393
5.1.1. Autonomia das medidas protetivas (Lei 14.550/2023).....	396
5.1.2. Sistema protetivo amplo: medidas protetivas além do âmbito do JVDF (Lei 14.550/2023)	405
5.2. Cognição sumária pelo depoimento da vítima (Lei 14.550/2023).....	407
5.3. Decisão judicial: presunção de perigo	409
5.4. Prazo e revogação da medida.....	410
5.5. Formulário Nacional de Avaliação de Risco	420
5.6. Procedimento	427
5.7. Recurso cabível.....	437
5.8. Prisão preventiva por descumprimento	440
5.9. Medidas protetivas em espécie.....	451
5.9.1. Medidas que obrigam o agressor	451
5.9.2. Medidas destinadas à vítima	479

5.9.2.1. Medida protetiva genérica de encaminhamento a atendimento médico e cirurgia reparadora (Lei nº 14.887/2024).....	493
5.10. Efetividade do processo protetivo.....	493

Capítulo 6

INVESTIGAÇÃO E PROCESSO POR VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	499
6.1. Os contornos da violência contra a mulher e a revitimização.....	499
6.1.1. Sigilo dos dados da vítima (Lei nº 14.857/2024).....	503
6.2. Atuação diferenciada do Ministério Público.....	506
6.3. Assistência judiciária (arts. 27 e 28 da Lei nº 11.340/2006).....	510
6.4. Investigação e atendimento da vítima pela autoridade policial.....	512
6.4.1. Atuação protetiva da autoridade policial.....	515
6.4.2. Atuação investigatória da autoridade policial.....	517
6.4.3. Dever jurídico de atuar.....	523
6.5. A representação da vítima.....	525
6.5.1. A representação para a lesão corporal leve.....	529
6.5.2. A audiência do artigo 16 da Lei nº 11.340/2006.....	532
6.6. Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.....	540
6.6.1. Competência criminal.....	544
6.6.2. Competência civil: medidas protetivas de urgência.....	547
6.6.3. Competência civil: ações de divórcio e dissolução de união estável.....	551
6.7. Prova da violência.....	555
6.7.1. Depoimento da vítima.....	555
6.7.2. Depoimento em crimes sexuais – a reação de “congelamento” diante da agressão.....	564
6.7.3. Materialidade: prontuário médico ou prova equivalente.....	566
6.7.4. Depoimentos de testemunhas.....	569
6.7.5. Documentos e outras provas.....	571
6.7.6. “Alienação parental” como estratégia de defesa.....	573
6.7.7. Lei Mariana Ferrer.....	580
6.8. Sentença.....	584
6.8.1. Impossibilidade da aplicação de penas pecuniárias isoladas e reparação do dano moral.....	584
6.8.2. Fixação da pena na sentença: orientação da jurisprudência.....	589
6.8.3. Pacote “Antifemicídio” – Efeitos da condenação.....	597
6.8.4. “Pacote Antifemicídio” – Execução da sentença.....	602
6.9. Análise da efetividade do processo criminal por violência.....	604
CONCLUSÕES.....	605
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	611